

STJ00118815

Antonio Bento Betioli

Mestre em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito pela USP.
Ex-Professor de Introdução ao Direito e Ciência Jurídica da Faculdade de Direito da FMU e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado da União (AGU) e ex-Chefe da Assessoria Jurídica da Delegacia Regional do Trabalho/SP. Advogado Credenciado junto ao Tribunal Eclesiástico Regional e de Apelação de São Paulo. Tradutor Público e Intérprete Comercial/dioma: Latim.

INTRODUÇÃO AO DIREITO

LIÇÕES DE PROPEDÊUTICA
JURÍDICA TRIDIMENSIONAL

16ª edição
revista e atualizada
2023

saraiva  *jur.*



Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato César
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dália Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Estevão Bula Gonçalves
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Laudemir Marinho dos Santos Camilla Felix Cianelli Chaves Claudreine de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Lais Soriano
Revisão	Ligia Alves
Capa	Lais Soriano
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER ROOFLFO DA SILVA – CRB-8/9410

B563i	Betoli, Antonio Bento	
	Introdução ao Direito: Lições de Propedêutica Jurídica Tridimensional / Antonio Bento Betoli. – 16. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.	
	728 p.	
	ISBN: 978-65-5362-717-8 (Impresso)	
	1. Direito. 2. Introdução ao Direito. 3. Propedêutica Jurídica Tridimensional. I. Título.	
2022-3406		CDD 340 CDU 34

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito	340
2. Direito	34

Data de fechamento da edição: 2-12-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA CL CAE



Av. Paulista, 901, Edifício CVK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Estevão Bula Gonçalves

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Laudemir Marinho dos Santos
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniele Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Pnsila Pinto

Diagramação Lais Soriano

Revisão Lígia Alves

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Marti Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

B563I Bétoli, Antonio Bento

**Introdução ao Direito: Lições de Propedêutica
Jurídica Tridimensional / Antonio Bento Bétoli. –
16. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.**

728 p.

ISBN: 978-85-6362-717-8 (Impresso)

1. Direito. 2. Introdução ao Direito. 3. Propedêutica
Jurídica Tridimensional. I. Título.

2022-3406

CDD 340
CDU 34

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito	340
2. Direito	34

Data de fechamento da edição: 2-12-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COG. OBRA 5894 CL 606131 CAE 818243



ÍNDICE

<i>Nota à 16ª edição</i>	VII
<i>Nota à 15ª edição</i>	XI
<i>Nota à 14ª edição</i>	XIII
<i>Nota à 12ª edição</i>	XV
<i>Considerações prévias</i>	XIX
Questionário	XXIV

Primeira Parte

O FENÔMENO JURÍDICO

Lição I – HOMEM, SOCIEDADE E DIREITO

1. Homem, ser social e político	3
1.1. Sociabilidade humana	3
1.2. Interpretações da sociabilidade do homem	5
2. Sociedade, interação e controle social	11
2.1. Conceito de sociedade	11
2.2. Características da sociedade	11
2.3. Formas de interação social	12
2.4. Instrumentos de controle social	12
3. O direito como instrumento de controle social	13
3.1. Ordem e justiça	13
3.2. Não pode haver sociedade sem Direito	14
3.3. Não há direito sem sociedade	15
4. CONCLUSÃO	15
4.1. Silogismo da sociabilidade	15
4.2. O Direito como ordenação social	16
Questionário	16

Lição II – O MUNDO DO DIREITO

5. Natureza e cultura	20
5.1. Conceitos de natureza e cultura	20
5.2. Cultura e erudição	22
5.3. Cultura e civilização	23

5.4. O homem = ser cultural.....	24
6. Relações entre natureza e cultura	25
6.1. Base da cultura.....	26
6.2. Exageros culturalistas	26
6.3. Tese dialógica.....	27
7. Características da cultura	27
7.1. Ideia de fim e valor.....	27
7.2. Cultura = mundo de fins valiosos.....	30
7.3. Explicação e compreensão.....	31
7.4. Juízos de realidade e juízos de valor.....	34
8. Mundo ético.....	37
8.1. Plano compreensivo.....	37
8.2. Plano normativo.....	38
8.3. O Direito como realidade cultural-ética.....	38
Questionário	39

Lição III – REALIDADE ONTOGNOSEOLÓGICA DO DIREITO

9. Ontologia e ontognoseologia.....	42
10. Objetos natural e ideal	44
10.1. Objeto = sujeito de um juízo.....	44
10.2. Ordem do ser e do dever ser	44
10.3. Axiologia e ontologia.....	45
11. Objetos naturais: físicos e psíquicos	45
11.1. Objetos naturais.....	45
11.2. Objetos naturais físicos e psíquicos	45
12. Objetos ideais: lógicos e matemáticos	46
13. Objetos valiosos.....	47
14. Objetos culturais	48
15. Objeto metafísico e ontognoseológico	49
15.1. A metafísica	50
15.2. Objeto ontognoseológico	50
16. Conteúdo axiológico do direito	50
Questionário	52

Lição IV – LEIS FÍSICAS, CULTURAIS E ÉTICAS

17. Leis físicas	53
17.1. Determinismo rigoroso.....	54
17.2. Leis descritivas.....	54
17.3. Subordinadas ao fato	55
18. Leis culturais.....	55
18.1. Leis compreensivas.....	55
18.2. Espécies de leis culturais.....	56
19. Normas éticas.....	57
19.1. Conceito.....	58
19.2. Características.....	58

19.3. Espécies de normas éticas.....	59
20. Ética, moral e direito	62
20. Normas jurídicas	66
21. Normas éticas e normas técnicas	67
21.1. Diferença	67
21.2. Imperatividade	68
21.3. Valores	68
21.4. Norma simultaneamente ética e técnica.....	69
Questionário	69

Lição V – NOTAS DISTINTIVAS DO DIREITO

22. Imperatividade	71
22.1. Noção	71
22.2. Imperatividade axiológica.....	72
23. Heteronomia.....	75
23.1. Validade objetiva e transpessoal	75
23.2. Direito com autonomia	76
24. Coercibilidade.....	76
24.1. Compatibilidade da “força” com o “Direito”	76
24.2. Força “em ato” (coação) e “em potência” (coerção).....	76
24.3. Teoria da Coação (Kelsen e Ihering)	78
24.4. Teoria da Coercibilidade.....	80
25. Bilateralidade atributiva	82
25.1. Noção	82
25.2. Elementos.....	82
25.3. Imperativo-atributivo.....	84
26. Paralelo entre direito, religião, moral e normas de trato social.....	85
26.1. Heteronomia/autonomia	85
26.2. Coercibilidade/incoercibilidade.....	86
26.3. Bilateralidade/unilateralidade	87
26.4. Atributividade	89
26.5. Quadro sinótico.....	89
27. Forma jurídica da ordenação social	89
Questionário	90

Lição VI – DIREITO, MORAL E RELIGIÃO

28. Direito e moral.....	93
28.1. Distinções quanto à forma.....	93
28.2. Distinções quanto ao conteúdo.....	93
28.3. Histórico	93
28.4. Teorias	95
28.5. Conclusão: distinguir sem separar.....	99
28.6. Não confundir direito e moral.....	99
28.7. Não separar direito e moral.....	101
28.8. Influência mútua	102

28.9. Critérios de Reale.....	103
29. Liceidade jurídica e exigência moral.....	103
29.1. Pessoa concreta.....	103
29.2. Comunidade política.....	103
29.3. Força da moral.....	104
30. Moral e religião.....	104
30.1. Moral teônoma e moral autônoma.....	105
30.2. Possibilidade da moral autônoma não religiosa.....	105
30.3. Possibilidade da moral teônoma.....	106
30.4. Ética civil.....	106
30.5. Conclusão.....	106
Questionário.....	107

LIÇÃO VII – SANÇÃO JURÍDICA

31. Noção de sanção.....	109
32. Sanção e coação.....	110
32.1. Coação jurídica.....	110
32.2. Consequências.....	111
33. Espécies de sanção.....	111
33.1. Sanções religiosas.....	112
33.2. Sanções sociais.....	112
33.3. Sanções morais.....	113
33.4. Sanções jurídicas.....	113
34. Aplicação da sanção.....	117
34.1. Vingança social.....	117
34.2. Vingança privada.....	117
34.3. Força submetida a regras.....	117
34.4. Monopólio do Estado.....	118
35. Sanção estatal e não estatal.....	118
35.1. Universalidade da sanção estatal.....	119
35.2. Última instância.....	120
Questionário.....	120

LIÇÃO VIII – ESTRUTURA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO

36. O direito como fato, valor e norma.....	123
36.1. Visão técnico-formal.....	124
36.2. Corrente sociológica.....	124
36.3. Corrente culturalista.....	124
36.4. Tridimensionalidade.....	124
37. Tridimensionalismo concreto e dinâmico de Miguel Reale.....	127
37.1. Primeira tese: três dimensões essenciais.....	128
37.2. Segunda tese: dialética de complementaridade.....	132
38. Conclusão.....	135
38.1. Vida ética.....	135

38.2. Natureza do Direito.....	136
38.3. “O direito é o fato social na forma que lhe dá uma norma, segundo uma ordem de valores”.....	136
38.4. Limitação kelseniana.....	138
38.5. Ordenação jurídica tridimensional.....	138
Questionário	139

Lição IX – DEFINIÇÃO DO DIREITO

39. Critérios para a definição.....	141
40. Definição nominal do direito	142
41. Definição real do direito.....	143
41.1. Complexidade do fenômeno jurídico.....	143
41.2. Definição real analítica.....	144
41.3. Definição real sintética.....	144
42. Definições analíticas do direito	144
42.1. Direito-ciência.....	144
42.2. Direito-fato social.....	145
42.3. Direito-norma.....	145
42.4. Direito-faculdade.....	146
42.5. Direito-justo.....	146
42.6. Direito-relação.....	147
43. Definição sintética do direito	148
43.1. Gênero próximo e diferença específica	148
43.2. Imperatividade e atributividade.....	149
43.3. Corolários e estrutura tridimensional.....	149
43.4. Definição real sintética	150
Questionário	151

Segunda Parte

A NORMA JURÍDICA

Lição X – FORMAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DO DIREITO

44. O direito na história	155
44.1. Teoria jurídica tradicional	156
44.2. Teoria crítica do Direito.....	157
44.3. Pós-positivismo	160
45. Formação do direito.....	160
45.1. O dado e o construído.....	161
45.2. Fatores sociais e valores	161
46. Manifestação do direito.....	165
47. Teoria das fontes do direito.....	165
47.1. Fonte como meios de formação e manifestação	166
47.2. Fonte como meios de manifestação	166
47.3. Diálogo das fontes.....	168

47.4. Ponto de transição	168
47.5. Caráter prospectivo	168
48. Pressupostos e elenco das fontes do direito.....	169
48.1. Presença de um poder	169
48.2. Capacidade de inovar	170
48.3. Quatro fontes do direito	170
49. A doutrina jurídica	171
49.1. Força convincente, não vinculante	171
49.2. Importância da doutrina	172
49.3. Conclusão	172
Questionário	173

Lição XI – A NORMA JURÍDICA

50. Gênese da norma jurídica	175
50.1. Processo de elaboração da norma.....	175
50.2. ● poder no direito	178
51. Conceito de norma jurídica	179
51.1. Linguagem prescritiva	179
51.2. Proposição, enunciado e norma	180
51.3. Princípios e regras	181
52. Normas-princípio e normas-regra	182
52.1. Evolução histórica dos princípios	183
52.2. Distinção.....	184
52.3. Normas finalísticas e descritivas	186
52.4. A força normativa dos princípios	189
52.5. Segurança jurídica	189
53. Estrutura da norma jurídica	190
53.1. Juízo categórico ou juízo hipotético.....	191
53.2. Estrutura da norma de organização: juízo categórico.....	191
53.3. Estrutura da norma de conduta: juízo hipotético	192
53.4. Articulação lógica da hipótese e consequência.....	192
53.5. Conjugação de duas proposições hipotéticas.....	193
53.6. Esquema da estrutura da norma de conduta	194
53.7. Exemplos.....	194
53.8. Perinorma negativa e positiva	196
54. Causalidade, imputabilidade e responsabilidade.....	196
55. Estrutura tridimensional da norma jurídica	197
55.1. Formalismo jurídico (Kelsen)	198
55.2. Antiformalismo jurídico	199
55.3. A solução culturalista tridimensional	200
Questionário	202

Lição XII – CLASSIFICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA

56. Quanto ao conteúdo... ..	206
56.1. Normas de organização.....	206

56.2. Normas de conduta.....	207
57. Quanto à extensão espacial.....	207
57.1. Normas de direito externo.....	207
57.2. Normas de direito interno.....	207
57.3. Normas de direito interno brasileiro.....	208
58. Quanto ao grau de imperatividade.....	208
58.1. Normas cogentes ou de ordem pública.....	208
58.2. Normas dispositivas ou supletivas.....	209
58.3. Normas preceptivas, proibitivas e permissivas.....	210
59. Quanto à sanção.....	210
59.1. Normas mais que perfeitas (<i>leges plus quam perfectae</i>).....	210
59.2. Normas perfeitas (<i>leges perfectae</i>).....	210
59.3. Normas menos que perfeitas (<i>leges minus quam perfectae</i>).....	211
59.4. Normas imperfeitas (<i>leges imperfectae</i>).....	211
60. Quanto à extensão pessoal.....	212
60.1. Normas genéricas (ou de direito geral).....	212
60.2. Normas particulares (ou de direito especial).....	212
60.3. Normas individualizadas.....	212
60.4. Normas excepcionais (ou de direito singular).....	213
61. Quanto à aplicabilidade.....	213
61.1. Norma autoaplicável.....	213
61.2. Norma dependente de complementação.....	213
61.3. Norma dependente de regulamentação.....	213
61.4. Normas constitucionais.....	214
62. Quanto à natureza das disposições.....	214
62.1. Norma substantiva ou material.....	215
62.2. Norma adjetiva ou formal.....	215
63. Quanto à sistematização.....	215
63.1. Normas codificadas.....	215
63.2. Normas consolidadas.....	215
63.3. Normas extravagantes ou esparsas.....	215
64. Quanto às fontes.....	215
64.1. Normas legais.....	215
64.2. Normas costumeiras ou consuetudinárias.....	215
64.3. Normas jurisdicionais.....	215
64.4. Normas negociais.....	216
Questionário.....	216

LIÇÃO XIII – NORMA LEGAL

65. Compreensão do termo “lei”.....	217
65.1. Acepção genérica.....	218
65.2. Sentido técnico.....	218
66. Etimologia e importância da lei.....	219
66.1. Origem etimológica.....	219

66.2. Importância da lei	219
67. O processo legislativo como fonte legal	220
67.1. Fonte da lei	220
67.2. Emendas à Constituição (CF, art. 60)	221
67.3. Leis complementares (CF, arts. 61 e 69)	221
67.4. Leis ordinárias (CF, art. 61)	221
67.5. Leis delegadas (CF, art. 68)	221
67.6. Medidas provisórias (CF, art. 62)	221
67.7. Decretos legislativos (CF, art. 49)	222
67.8. Resoluções (CF, art. 59)	222
68. Decretos e regulamentos	223
68.1. Regulamentos ou decretos regulamentares	223
68.2. Simples decretos	224
69. Primazia e hierarquia das normas legais	224
69.1. Primazia da norma legal	224
69.2. Hierarquia das normas legais	225
69.3. Finalidade da hierarquia	227
69.4. Esquema geral das leis	228
Questionário	228

Lição XIV – NORMA CONSUECUDINÁRIA

70. Costume jurídico	230
70.1. Definição	230
70.2. Elementos	230
70.3. Fixação de prazo	231
70.4. Costume jurídico e norma de trato social	232
71. ● costume e a lei	233
72. Classificação dos costumes jurídicos	234
72.1. <i>Secundum legem</i> (segundo a lei)	234
72.2. <i>Præter legem</i> (além da lei)	234
72.3. <i>Contra legem</i> (contrário à lei)	234
73. Valor dos costumes jurídicos	237
73.1. Tempos primitivos	237
73.2. Idade Média	238
73.3. Idade Moderna	238
73.4. Escola Histórica	238
73.5. Dias atuais: <i>common law</i> e <i>civil law</i>	238
Questionário	241

Lição XV – NORMA JURISDICCIONAL

74. A atividade jurisdiccional como fonte do direito.	243
74.1. Conceito de jurisdição	243
74.2. Força vinculante	244
74.3. Capacidade de inovar	244
74.4. Participação ativa do juiz	245

75. Importância da atividade jurisdicional	246
75.1. Intermediação entre a norma e a vida	247
75.2. Judicialização e ativismo judicial.....	247
76. A jurisprudência como técnica de unificação.....	249
76.1. Conceito de jurisprudência	249
76.2. Força não vinculante	249
76.3. Súmula vinculante.....	249
76.4. Divergências na interpretação.....	250
76.5. Súmula e ementa.....	251
76.6. Importância da jurisprudência	251
77. Conclusão	252
Questionário	253

Lição XVI – NORMA NEGOCIAL

78. Autonomia da vontade e poder negocial.....	256
78.1. Princípio da autonomia da vontade	256
78.2. Poder negocial.....	257
79. Negócio jurídico	257
79.1. Conceito.....	258
79.2. Elementos essenciais.....	258
79.3. Vícios da relação negocial.....	260
79.4. Classificação	260
79.5. Interpretação.....	261
80. Negócios nulos, anuláveis e inexistentes.....	262
80.1. Nulos.....	262
80.2. Anuláveis	263
80.3. Inexistentes.....	263
Questionário	264

Lição XVII – VALIDADE DA NORMA JURÍDICA

81. Validade formal ou vigência.....	266
81.1. Aspecto temporal e formal	266
81.2. Órgãos competentes	267
81.3. Competência quanto à matéria	267
81.4. Legitimidade de procedimento	269
81.5. Declaração de inconstitucionalidade	272
82. Validade social ou eficácia	274
82.1. Conceito.....	274
82.2. A eficácia como condição de validade	275
82.3. Eficácia espontânea, compulsória e nula.....	276
82.4. Aplicação das leis em desuso	277
82.5. Eficácia e direito costumeiro.....	277
83. Validade ética ou fundamento	278
83.1. Conceito.....	278
83.2. Legalidade e legitimidade.....	279

83.3. Valor-justiça.....	279
84. Validade, tridimensionalidade e norma fundamental.....	279
84.1. Validade integral.....	280
84.2. Validade e estrutura tridimensional.....	281
84.3. Validade e norma fundamental.....	281
Questionário.....	283

Lição XVIII – DIREITO OBJETIVO/POSITIVO

85. Estruturas sociais e modelos jurídicos.....	288
85.1. Estruturas sociais e normativas.....	289
85.2. Modelos jurídicos.....	289
85.3. Modelos dogmáticos ou hermenêuticos.....	292
85.4. Modelos jurídicos <i>stricto sensu</i>	292
85.5. Modelo jurídico e norma jurídica.....	293
86. Direito objetivo/positivo.....	294
86.1. Direito objetivo.....	294
86.2. Direito positivo.....	295
87. Direito subjetivo e direito natural.....	296
87.1. Direito objetivo e subjetivo.....	296
87.2. Direito positivo e natural.....	296
88. Positividade, vigência e eficácia.....	297
88.1. Positividade.....	297
88.3. Vigência e eficácia.....	298
88.4. Positividade e soberania.....	299
88.5. Direito e Estado.....	299
Questionário.....	300

Lição XIX – ORDENAMENTO JURÍDICO

89. Noção e postulados.....	302
89.1. Noção.....	302
89.2. Postulados.....	303
89.3. Postulado da unidade.....	304
90. Concepções do ordenamento.....	304
90.1. Teoria da Concepção Lógico-Normativa.....	304
90.2. Teoria Histórico-Cultural ou Tridimensional.....	306
90.3. Teoria do Discurso de Habermas.....	308
91. Validade do ordenamento.....	308
91.1. Validade formal.....	308
91.2. Validade total.....	309
92. Elementos constitutivos.....	310
92.1. Norma jurídica e modelo jurídico.....	310
92.2. Instituto jurídico e instituição jurídica.....	311
92.3. Sistemas.....	313
92.4. Pluralidade dos ordenamentos internos.....	314
92.5. Conclusão.....	316

93. Ordenamento brasileiro e sistema brasileiro	316
93.1. História do sistema jurídico brasileiro	316
93.2. Ordenamento constitucionalista e federalista	316
Questionário	318

Lição XX – PANORAMA DO DIREITO POSITIVO

94. Direito público e privado	319
94.1. Distinção quanto ao conteúdo	320
94.2. Distinção quanto à forma	320
94.3. Direito comum e direito institucional	320
95. Direito internacional e interno	321
95.1. Direito internacional público	322
95.2. Direito internacional privado	322
95.3. Direito interno	322
96. Direito interno público	322
96.1. Constitucional	322
96.2. Administrativo	323
96.3. Processual	323
96.4. Penal	324
96.5. Do trabalho	324
96.6. Financeiro	324
96.7. Tributário	324
96.8. Eleitoral	324
96.9. Do consumidor	324
97. Direito interno privado	325
97.1. Direito Civil	325
97.2. Direito Comercial	325
97.3. Unificação do Direito Privado	325
97.4. Esquema	326
Questionário	326

Terceira Parte

A RELAÇÃO JURÍDICA

Lição XXI – O FATO NO DIREITO

98. O direito nasce do fato e ao fato se destina	331
98.1. Nasce do fato	331
98.2. Realiza-se no fato	331
98.3. Revolta dos fatos	332
99. Passagem do fato para a lei	332
100. Fato-tipo e fato jurídico	334
100.1. Fato-tipo	334
101. Fato jurídico	335
101.1. Conceito	335

101.2. Classificação.....	336
101.3. Fato jurídico natural e voluntário.....	336
102. Ato jurídico e negócio jurídico.....	337
102.1. Atos jurídicos.....	338
102.2. Negócio jurídico.....	338
102.3. Histórico.....	339
103. Questão de fato e questão de direito.....	339
103.1. Questão de fato.....	339
103.2. Questão de direito.....	340
Questionário.....	340

LIÇÃO XXII – RELAÇÃO JURÍDICA

104. Relação social e relação jurídica.....	342
104.1. Critério de distinção.....	343
104.2. Papel do Estado.....	344
105. Conceito e requisitos.....	345
105.1. Conceito.....	345
105.2. Requisitos.....	345
106. Elementos da relação jurídica.....	346
106.1. Sujeitos da relação jurídica.....	346
106.2. Vínculo de atribuição.....	347
106.3. Objeto.....	348
107. Espécies de relação jurídica.....	348
108. Proteção jurídica e prescrição.....	349
108.1. Toda relação jurídica goza da proteção do Estado.....	349
108.2. Prescrição.....	349
Questionário.....	350

LIÇÃO XXIII – SUJEITOS DO DIREITO: PESSOA JURÍDICA INDIVIDUAL

109. Sujeito do direito e pessoa jurídica.....	352
109.1. Sujeito do direito.....	353
109.2. Multiculturalismo e os direitos de grupo.....	354
109.3. Participação social.....	357
109.4. Entes despersonalizados.....	357
109.5. Pessoa jurídica.....	357
110. Pessoa jurídica individual.....	358
110.1. Conceito.....	358
110.2. Personalidade e capacidade de direito.....	359
110.3. Início.....	360
110.4. Capacidade de fato, legitimação e capacidade plena.....	361
110.5. Fim da pessoa jurídica individual.....	362
Questionário.....	363

LIÇÃO XXIV – SUJEITOS DO DIREITO: PESSOA JURÍDICA COLETIVA

111. Conceito e características.....	366
--------------------------------------	-----

111.1. Conceito	366
111.2. Características	367
112. Natureza da pessoa jurídica coletiva	368
112.1. Teoria da Ficção (Savigny: 1779-1861)	368
112.2. Teorias Realistas	369
113. Normativismo, tridimensionalismo e construção lógica	371
114. Classificação	372
114.1. De direito público e de direito privado	372
114.2. De direito público externo e interno	373
114.3. Associações, sociedades e fundações	373
115. Importância da pessoa jurídica coletiva	375
Questionário	375

LIÇÃO XXV – SITUAÇÕES SUBJETIVAS E DIREITO SUBJETIVO

116. Conceito e espécies de situação subjetiva	376
116.1. Conceito	376
116.2. Espécies	377
117. Direito subjetivo	378
117.1. Noção	378
117.2. Características	378
117.3. Vinculação com o direito objetivo	379
117.4. Direito subjetivo e direitos humanos	380
117.5. Origem do direito subjetivo	380
118. Faculdade jurídica	380
118.1. Conceito	381
118.2. Faculdade jurídica e direito subjetivo	381
119. Interesse legítimo	381
120. Poder-dever	382
120.1. Conceito	382
120.2. Direitos potestativos	383
121. Ônus	384
Questionário	384

LIÇÃO XXVI – NATUREZA DO DIREITO SUBJETIVO

122. Teoria da Vontade (Bernard Windscheid)	386
123. Teoria do interesse (Rudolf Von Ihering)	388
124. Teoria eclética (Georg Jellinek)	389
125. Teorias de Del Vecchio, Kelsen e Duguit	389
125.1. Solução de Del Vecchio (1878-1970)	390
125.2. Monismo de Hans Kelsen (1881-1973)	390
125.3. Léon Duguit (1859-1928)	392
126. Compreensão de Miguel Reale e de Franco Montoro	393
126.1. Miguel Reale (1910-2006)	393
126.2. Franco Montoro (1916-1999)	396
Questionário	396

Lição XXVII – MODALIDADES DO DIREITO SUBJETIVO

127. Classificação quanto à eficácia.....	398
127.1. Direitos absolutos.....	398
127.2. Direitos relativos.....	398
127.3. Direitos transmissíveis.....	398
127.4. Direitos não transmissíveis.....	399
127.5. Direitos principais.....	399
127.6. Direitos acessórios.....	399
127.7. Direitos renunciáveis.....	399
127.8. Direitos não renunciáveis.....	399
128. Classificação quanto ao conteúdo.....	399
129. Direitos subjetivos privados.....	399
129.1. Direito subjetivo simples.....	400
129.2. Direito subjetivo complexo.....	400
129.3. Direitos da pessoa e direitos da personalidade.....	400
129.4. Direitos patrimoniais e não patrimoniais.....	403
130. Direitos subjetivos públicos.....	404
130.1. Perspectivas históricas.....	404
130.2. Fundamento dos direitos subjetivos públicos.....	405
131. Direitos subjetivos públicos na Constituição Brasileira.....	406
131.1. Distinção entre direitos e garantias.....	407
131.2. Art. 5º da Constituição Federal.....	408
131.3. Direitos políticos.....	410
131.4. Seguridade Social.....	410
● Questionário.....	410

Lição XXVIII – DECLARAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

132. Direitos humanos: conquista da cultura.....	412
133. Fundamento: a pessoa humana.....	413
134. Declarações dos direitos do homem.....	415
134.1. Sentido do termo “declaração”.....	415
134.2. Histórico.....	415
134.3. Gerações dos direitos.....	416
134.4. As Declarações dos Direitos do Homem.....	417
● Questionário.....	423

Lição XXIX – DEVER JURÍDICO

135. O direito e a obrigação.....	427
136. Natureza e conceito do dever jurídico.....	428
136.1. Natureza.....	428
136.2. Conceito.....	429
137. Origem e extinção.....	430
138. Espécies de dever jurídico.....	430
139. Axiomas jurídicos.....	431
139.1. Evolução histórica.....	431

139.2. Axiomas jurídicos	431
Questionário	433

Quarta Parte

HERMENÊUTICA JURÍDICA

Lição XXX – HERMENÊUTICA JURÍDICA

140. Hermenêutica jurídica	437
141. A interpretação jurídica	438
141.1. Objetivos da interpretação	440
141.2. Momento cognitivo	442
141.3. Momento construtivo	442
141.4. Casos fáceis e difíceis	445
141.5. A força normativa dos princípios	447
142. Técnica da ponderação	448
143. Necessidade da interpretação	450
143.1. Histórico	450
143.2. <i>In claris cessat interpretatio</i>	451
144. Espécies de interpretação	452
144.1. Quanto à origem de que emana	452
144.2. Natureza da interpretação	453
144.3. Efeitos da interpretação	454
144.4. Interpretação segundo a Constituição	455
Questionário	456

Lição XXXI – ESCOLAS DE INTERPRETAÇÃO

145. Histórico e divisão	458
145.1. Escola dos Glosadores ou de Bolonha (séculos XI a XIII)	458
145.2. Escola dos Comentaristas	459
145.3. Divisão	459
146. Escola da exegese	459
146.1. Postulados básicos	460
146.2. Crítica	462
146.3. Declínio da Escola da Exegese	465
147. Escola histórico-evolutiva	466
147.1. Escola Histórica do Direito	466
147.2. Escola Histórico-Evolutiva	467
148. A livre pesquisa científica do direito	468
148.1. Existência de lacunas	468
148.2. Livre Pesquisa	469
148.3. Conclusão	470
149. A corrente do direito livre	470
149.1. Eugen Ehrlich (1862-1922)	471
149.2. Hermann Kantorowicz (1877-1940)	472

149.3. Juízo crítico.....	472
Questionário	473
Lição XXXII – PROCESSO DO ATO INTERPRETATIVO	
150. Momento literal, gramatical ou filológico	477
151. Momento lógico-sistemático	479
152. Momento histórico-evolutivo	480
153. Momento teleológico	481
154. Natureza lógico-valorativa da interpretação	482
154.1. Caráter lógico da interpretação.....	482
154.2. Natureza axiológica da interpretação.....	484
Questionário	493
Lição XXXIII – APLICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO	
155. A aplicação do direito.....	495
155.1. Sentido técnico.....	496
155.2. Natureza da aplicação	497
155.3. Argumentação jurídica	500
156. A integração do direito.....	501
156.1. Conceito	503
156.2. Integração, fontes e interpretação.....	503
156.3. A questão das lacunas	503
156.4. Postulado da coerência	507
156.5. Plenitude ou completude da ordem jurídica.....	508
156.6. Meios de integração.....	509
157. O costume jurídico supletivo	509
Questionário	510
Lição XXXIV – ANALOGIA	
158. Conceito	513
158.1. Paradigma	513
158.2. Fonte do direito.....	514
159. Princípio da igualdade jurídica	514
159.1. Semelhança material de casos	514
159.2. Identidade de razão	514
160. Operação lógica e axiológica.....	514
161. Modalidades	515
161.1. <i>Analogia legis</i> ou legal.....	516
161.2. <i>Analogia juris</i> ou jurídica.....	516
161.3. Juízo crítico.....	516
162. Analogia e interpretação extensiva	516
162.1. Interpretação extensiva	517
162.2. Analogia	517
163. Exclusão da analogia	518
163.1. Direito Penal.....	518

163.2. Direito Fiscal.....	518
163.3. Normas de exceção.....	518
Questionário.....	519

Lição XXXV – PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO

164. Conceito de princípio.....	520
164.1. Acepção moral e lógica.....	521
164.2. Definição.....	521
164.3. Princípios com força de lei.....	522
164.4. O tridimensionalismo e o pós-positivismo.....	522
165. Funções.....	523
166. Princípios e valores.....	524
167. Natureza e fundamento.....	525
167.1. Fase jusnaturalista (direito natural).....	526
167.2. Positivismo jurídico.....	527
167.3. Pós-positivismo.....	528
167.4. Norma-princípio e norma-regra.....	529
168. Princípios gerais e brocardos jurídicos.....	529
Questionário.....	530

Lição XXXVI – EQUIDADE

169. Como o direito do caso concreto.....	532
169.1. Meio de integração de lacunas involuntárias.....	533
169.2. Meio de integração de lacunas voluntárias.....	533
170. Como a justiça do caso concreto.....	533
170.1. Generalidade da norma.....	534
170.2. <i>Summun jus, summa injuria</i>	535
171. Aplicação da equidade.....	537
171.1. Racionalismo jurídico e positivismo.....	537
171.2. Arts. 140 do CPC e 34 e 5º da LINDB.....	537
171.3. A equidade não é fonte do Direito.....	538
Questionário.....	539

Lição XXXVII – APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO

172. Eficácia da lei no tempo (até quando?).....	541
172.1. Revogação.....	542
172.2. Retroatividade e irretroatividade.....	543
172.3. Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.....	544
173. Eficácia da lei no espaço (até onde?).....	546
173.1. Territorialidade e extraterritorialidade.....	546
173.2. Territorialidade moderada.....	546
174. Antinomia jurídica.....	547
174.1. Noção.....	547
174.2. Critérios para solução.....	548
174.3. Antinomias de segundo grau e metacritérios.....	549

174.4. Lacuna das regras de solução	551
174.5. Técnica do diálogo.....	552
Questionário.....	553

Lição XXXVIII – DIREITO COMO CIÊNCIA

175. A ciência do direito.....	557
175.1. Epistemologia jurídica.....	557
175.2. Ciência do Direito.....	557
176. Ciência	557
176.1. Ciência e causas.....	558
176.2. A ciência e seus objetos	559
176.3. O Direito como ciência.....	559
177. Ciências naturais e culturais	560
178. Ciências jurídicas.....	562
178.1. Ciência do Direito e dogmática jurídica	562
178.2. Teoria Geral do Direito.....	563
178.3. Sociologia Jurídica.....	565
178.4. História do Direito	566
178.5. Política do Direito.....	566
178.6. Filosofia do Direito	566
178.7. Zetética e dogmática jurídica.....	568
178.8. Estudo da experiência jurídica e tridimensionalidade	568
178.9. Discriminação do saber jurídico	569
Questionário	570

Lição XXXIX – METODOLOGIA DO DIREITO

179. Conceito e espécies de método.....	574
179.1. Conceito.....	574
179.2. Espécies	574
180. Intuição, indução, dedução e analogia.....	575
180.1. Intuição	575
180.2. Indução	575
180.3. Dedução.....	576
180.4. Analogia	577
181. Pluralismo metodológico do direito.....	577
181.1. Certeza das ciências culturais.....	577
181.2. Pluralismo metodológico.....	577
Questionário	578

Quinta Parte

O FUNDAMENTO DO DIREITO

Lição XL – O VALOR JURÍDICO

182. Noção elementar do valor	584
-------------------------------------	-----

183. Subjetivismo e objetivismo axiológico	586
184. Realidade objetiva	586
185. Captação pelo homem	589
185.1. Homem situado	589
185.2. Elementos integrantes de uma situação	589
186. Estimativa	591
187. Características do valor	592
187.1. Bipolaridade	592
187.2. Implicação	592
187.3. Referibilidade	593
187.4. Preferibilidade	593
187.5. Absoluta	593
187.6. Realizabilidade	593
188. Os valores, a liberdade e a justiça	594
Questionário	596

Lição XLI – A TEORIA DA JUSTIÇA

189. O direito como justiça	597
189.1. A ideia de Justiça	598
189.2. Histórico	598
190. Conceito e notas da justiça	600
191. A igualdade	603
192. Tipos de justiça	605
192.1. Justiça comutativa	606
192.2. Justiça distributiva	606
192.3. Justiça social	607
192.4. Justiça geral ou legal	608
193. Importância da justiça	609
193.1. Fator de legitimidade	610
193.2. Complementaridade entre Justiça e Direito	611
194. O problema clássico das leis injustas	611
194.1. Tese da separação	613
194.2. Tese da vinculação	613
195. Justiça ou segurança?	614
195.1. Prevalência da justiça	614
195.2. Prevalência da segurança	615
195.3. Posição equilibrada	615
195.4. A Justiça pode não ser o valor mais urgente	617
195.5. Direito incerto é direito injusto	620
Questionário	621

Lição XLII – O DIREITO NATURAL

196. Jusnaturalismo, positivismo jurídico e pós-positivismo	626
196.1. Jusnaturalismo	626
196.2. Positivismo jurídico	629

196.3. Pós-positivismo.....	632
197. A ideia de um direito natural na Antiguidade	633
197.1. Grécia e Roma	634
197.2. Patrística	636
198. Idade Média: o direito natural como expressão da razão divina	636
199. Idade Moderna: o direito natural como expressão da razão humana	638
200. Historicismo, como reação	641
200.1. Escola Histórica do Direito (séculos XVIII-XIX)	641
200.2. Juízo crítico.....	642
200.3. Renascimento do direito natural	643
201. Maneiras de ver o direito natural.....	644
201.1. Direito natural transcendente (jusnaturalismo clássico).....	644
201.2. Teoria Transcendental do Direito Natural.....	644
202. Concepção transcendental-axiológica	645
203. O direito natural como conjunto de princípios fundamentais.....	651
203.1. Conceito histórico-cultural da natureza humana.....	652
203.2. Noção de inclinação natural.....	657
203.3. Tendências e exigências naturais	657
203.4. Direito natural e direitos fundamentais do homem.....	659
203.5. Direito natural e direito positivo.....	660
204. Conclusão.....	661
204.1. Natureza humana	661
204.2. Valores fixos e universais	662
204.3. Seiva do Direito	662
Questionário	662
<i>Referências bibliográficas</i>	667
<i>Índice analítico-remissivo</i>	675